

## O DISCURSO DA COMPETÊNCIA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Cassiana Lima Cardoso<sup>\*</sup>  
Francis Paulina Lopes da Silva<sup>\*\*</sup>

Nota-se, em algumas obras de Machado de Assis, a presença de personagens que possibilitam uma crítica aprofundada das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo. A construção dessa crítica se baseia na apropriação de caracteres – sujeitos ambíguos que mesclam o mundo da essência e da aparência em suas atitudes – para designar a ideologia de que esses personagens fazem uso quando desempenham suas funções na sociedade. Lembramos que o conceito de ideologia a ser trabalhado aqui se baseia, segundo Marilena Chauí, “não em um mero conjunto de idéias e sim em um sistema de idéias da classe dominante para ocultar a exploração econômica e dominação política”<sup>1</sup>.

Marilena Chauí, no ensaio intitulado “O discurso competente”, procura mostrar que, no sistema capitalista, a dominação e a exploração se fazem sobrepondo à divisão de classes uma segunda divisão social que é a divisão entre os que sabem, e por isso dirigem, e os que não sabem, e por isso executam; ou seja, há uma transformação do saber em exercício do poder.

Esse discurso competente, de acordo com a autora, apresenta-se como discurso do especialista, que é geralmente proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Trata-se de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural. Como saber instituído, ele tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação. Dentro dessa perspectiva veremos, através do enfoque de

---

<sup>\*</sup> Aluna do 7º período do curso de Letras, Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>\*\*</sup> Professora adjunta do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*, São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 92.

personagens machadianos, como a ética individual desempenha um papel relevante na divisão social das classes e na efetivação do discurso competente<sup>2</sup> como legitimador de uma classe social.

Machado de Assis, em alguns de seus personagens, procurou desmascarar esse “discurso competente”, quando trabalhou a forma com que a classe dominante criava sua própria história, através da preservação de sua fisionomia de classe.

Obviamente, a terminologia “discurso competente” era desconhecida do autor em sua época, mas não o conteúdo nela existente. Neste ensaio pretende-se focar esse aspecto através do perfil de três personagens machadianos de obras distintas: Benedito, Barbeiro e Brás Cubas.

O primeiro, Benedito, é personagem de um conto de Machado intitulado “Evolução”. Nele, Inácio, outro personagem, narra a trajetória política do amigo Benedito e a maneira pela qual ele chegara ao poder.

Logo no início do conto, Inácio abstém-se de dizer o sobrenome do amigo, e faz isso estabelecendo uma relação metafórica com um diálogo entre Romeu e Julieta em que esses desdenham a importância de seus sobrenomes. Utiliza-se da “filosofia de Julieta” para proteção da classe a que ele e o amigo pertencem, como se vê na citação: “Chamo-me Inácio, ele, Benedito. [...]. Inácio basta. Contento-se com Benedito. Não é muito, mas é alguma coisa, e está com a filosofia de Julieta: Que valem os nomes? Perguntava ela ao namorado”<sup>3</sup> (Assis, 1994, p. 197).

O contexto no qual se encontravam Romeu e Julieta quando foi proferida essa fala é totalmente distinto daquele em que se encontrava Inácio; no primeiro caso, era o casal de namorados impedido de concretizar seu romance, devido à rivalidade de suas famílias, que os

---

<sup>2</sup> CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981. p. 4.

<sup>3</sup> ASSIS, Machado. *Seus trinta melhores contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

levava a desejarem ignorar seus sobrenomes. No segundo caso, o que pretende Inácio é legitimar sua postura de não comprometimento social de sua classe. Para isso, ele utiliza, sem o menor pudor, o episódio de Shakespeare, como argumento para justificar sua atitude.

A partir daí, Inácio passa a descrever o amigo em sua *essência*: “Quarenta e cinco anos, e cabelos mui pretos [...]. Tudo mais era natural, pernas, braços, cabeça e olhos [...]. Moralmente, era ele mesmo. Ninguém muda de caráter, e o do Benedito era bom – ou para melhor dizer, pacato” (p. 197).

Porém, Inácio designa o amigo como um intelecto medíocre, sem valores e idéias definidas. E é a partir desse pressuposto, em que Benedito é caracterizado como bom em essência, mas medíocre no trato social, que Inácio passa a narrar a história que, a seu ver, apresentar-se-á como “misteriosa e truncada”.

Os dois, segundo ele, conheceram-se em uma viagem de trem em que ambos se dirigiam para Vassouras. Por força das circunstâncias, do convívio social, Inácio e Benedito começam a travar uma conversa, a qual, na visão de Inácio, consistia em uma estratégia para que o tempo passasse o mais rápido possível: afirmações, idéias e conceitos sem propósito, carregados de banalidade. Falavam eles do progresso proporcionado pelas estradas de ferro e da importância de sua expansão para a evolução do país.

Inácio, que “achava-se em paz com Deus e com os homens”, ao descontrair-se juntamente com Benedito naquele acalorado debate, resolve, então, categoricamente, lançar uma assertiva definitiva para o desfecho daquele assunto. “Eu comparo o Brasil a uma criança que está engatinhando; só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro” (p.198).

Benedito, no entanto, não atribuiu àquela palestra o mesmo descaso que Inácio: tanto é que, ao reencontrá-lo no Rio de Janeiro, novamente se dispõe a conversar sobre o mesmo

assunto, convidando-o para um almoço em sua casa. O anfitrião, então, mostra-lhe sua residência e Inácio aprecia a inclinação do amigo às artes, porém não a exalta. Mais tarde, por ocasião de uma viagem à Europa, Inácio encontra-se com Benedito. Este, após perder uma eleição para o cargo de deputado, não desistindo da carreira política, resolve ir a Londres tratar de assuntos relativos à implantação da estrada de ferro no Brasil. Inácio confessa, então, em sua narrativa, que ele é quem havia estimulado o amigo a ingressar na carreira política. Entretanto, ele o fizera apenas com o intuito de ser-lhe agradável, pois não possuía realmente convicção de sua aptidão para a política. Mas irá novamente aguçar a ambição do amigo, ao dizer-lhe que gostaria de vê-lo não só deputado como posteriormente, ministro.

Benedito, além de supor verdadeiras as convicções do amigo sobre sua competência, toma para si parte do discurso de Inácio, daquele episódio em que ambos se dirigiam para Vassouras: “Lembra-se do que nós dizíamos na diligência de Vassoura? O Brasil está engatinhando: só andar com estradas de ferro...”(p. 201).

A razão pela qual Inácio se encontrava na Europa, era a construção de uma estrada de ferro em sua região. Benedito declarou também estar ali com esse propósito, porém o que se viu foi este a recolher “com muito mais gosto os anexins políticos e fórmulas parlamentares” (p. 201), sem dar atenção à descrição técnica e econômica que viabilizava a implantação das estradas de ferro no país. Benedito abraçava as fórmulas axiomáticas que o fariam chegar ao poder.

E assim sucedeu: no reencontro dos amigos no Rio de Janeiro, Benedito achava-se deputado. Sem dar ouvidos ao que dizia Inácio sobre as particularidades técnicas do primeiro trecho de estrada que seria inaugurado, o deputado mostra, para pasmo de seu companheiro de viagem, um discurso no qual Benedito afirma ter ele dito ao amigo a seguinte assertiva: “O Brasil é uma criança que engatinha, só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro...”

(p. 198). Inácio se vê assombrado com a forma com que Benedito se apropria do seu discurso. E, mais ainda, com a maneira com que aquele acreditara ter sido ele mesmo quem proferira aquelas idéias. E conclui, estupefacto: “Achei ali mais um efeito da lei da evolução, tal como a definiu Spencer, – Spencer ou Benedito, um deles” (p. 198).

Benedito acreditava ser capaz de ingressar na política, após ouvir o parecer de um indivíduo de sua classe social que o fizera pensar que ele possuía o saber. A crítica embutida neste conto questiona o Positivismo de Comte, cujo lema é “Ordem e Progresso, e só há ordem onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade” (Assis, 1994, p. 28). A execução do projeto das estradas de ferro em uma sociedade ordenada e progressista que visava à evolução deveria ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de maneira que a política seria um direito dos sábios, e sua aplicação uma tarefa de técnicos ou administradores competentes. Porém, o que caracterizava Benedito como sábio era a classe social à qual este pertencia. E por que ele acreditava piamente que era apto a desempenhar tão importante cargo? Ora, ele vivia em uma sociedade dividida por classes e que propunha, sob a forma de uma moral universal, evidentemente uma ideologia de classes como se fosse uma universalidade ética. Benedito havia introjetado todas as regras do sistema capitalista. Então a ética, que a priori em seu sentido lato, caracterizar-se-ia pela existência de um sujeito racional, consciente, livre, responsável, o qual é capaz de autodeterminar sua ação, torna-se inviável na figura de Benedito, pois como observa Marilena Chauí,

[...] no nível de uma universalidade abstrata, nós dizemos que só existe ética se algumas condições forem realizadas. A primeira condição é a existência de um agente que se reconheça como sujeito da sua ação e, portanto – segunda condição – só pode se reconhecer como sujeito de sua ação se ele for livre para realizá-la. Terceira condição: ele só será livre para realizá-la se tiver consciência da ação que

realiza. Portanto, se ele puder determinar a sua própria ação. E, portanto – quarta condição – , se esse for capaz de responder por ela.”<sup>4</sup>.

Porém isso é abstrato, pois o sujeito é social e histórico e, portanto, alguém que vive em condições materiais determinadas. Benedito não atende a tais pressupostos para a existência de um sujeito ético, uma vez que esse personagem não tinha consciência de sua ação e em consequência disso, não era capaz de responder por ela. Ele *movimentava-se* de acordo com a ideologia moral que beneficiava sua classe social, cujas condições materiais determinadas ditavam seus valores conflitantes com os valores universalmente e abstratamente propostos por aquilo que seria uma ética universal.

Machado de Assis acreditava que a maioria das pessoas havia introjetado as regras do sistema capitalista e suas atitudes seriam determinadas por tais regras. Não é à toa que na crônica “Um homem leal”, em que satiriza os profissionais enganadores, o narrador apresenta tanto assombro por haver encontrado um indivíduo que se contrapusesse à lógica capitalista:

Apaguemos a lanterna de Diógenes: achei um homem! Não é um príncipe, nem um eclesiástico, nem filósofo, não pintou uma grande tela, não escreveu um belo livro, não descobriu nenhuma lei científica. Não, o homem que achei não é nada disso [...]. É um barbeiro, mas tal barbeiro que, sendo barbeiro, não é exatamente barbeiro. [...] Achei um homem!<sup>5</sup>

Machado desculpa-se pela expressão “logomaquia” – pelo palavreado que usara – e diz que o “estilo ressent-se da exaltação da minha alma” (Assis, 1970); ou seja, desta vez, há de ser justo sacrificar a forma não romanesca de escrever em face de tão singular fato.

Então, o autor cita Diógenes, que havia menosprezado o ser humano, dizendo que se procurasse com uma lanterna em toda região da Grécia não encontraria um só exemplar de ser

---

<sup>4</sup> CHAUÍ, Marilena. Filosofia e política na visão de Marilena Chauí, maior pensadora brasileira. *Cult – Revista Brasileira de Literatura*. Rio de Janeiro, Lemos, 2000. p. 48-51

<sup>5</sup> ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis - Crônicas*. Rio de Janeiro: Brasileira, 1970. p. 331.

humano que fosse honesto. Diz – ironicamente, é claro – que o filósofo deveria “cobrir-se de vergonha e de tristeza” por haver proferido tal julgamento com relação ao ser humano.

Em seguida, volta a exclamar: “Achei um homem”, e só, então, narra o motivo de sua estupefação: ao ler seu jornal diário, encontrara um anúncio no qual um barbeiro vendia sua casa comercial por não entender do ofício de barbeiro.

E daí, novamente, a assertiva: “Eis aí o homem! [...] Essa nobre confissão de ignorância é um modelo único de lealdade, de veracidade, de humanidade”. Observa-se que o fato do cronista aglomerar exclamativas incide na intenção de enfatizar que este comportamento é único na sociedade capitalista. O barbeiro vende um ponto “bom e o capital é diminuto”, ou seja, abre mão de um bem capital, que lhe traria lucro, por possuir honestidade e consciência de que não possui competência para exercer tal posição. Daí a admiração de Machado que, novamente, o considera singular: “A grandeza deste homem (escusado é dizê-lo) está em ser único”

O autor supõe que os outros profissionais não tomariam tal atitude porque seriam, em seguida, marginalizados pela sociedade. Critica, logo após, aqueles que “preferem ir cavando caras, as bocas, as covas, a ver dizer que não entendem do ofício”, segundo o autor “esse ato seria a retificação da sociedade”, na qual cada um exerceria a função a que lhe caberia competência (p. 51).

O barbeiro não utiliza a ideologia da competência: apesar de possuir o poder (o ponto comercial) não se apropria do saber, da aptidão para tal ofício.

Esse sim era um sujeito ético no sentido lato: reconhecia-se como sujeito da ação, era livre para realizá-la, tinha consciência da ação que realizava. E por ter consciência de que a não realizava bem, como sujeito ético capaz de responder por suas atitudes, abdicara do cargo.

O barbeiro, ao agir dessa maneira, vai contra a falsa ética universal que mascara a ética da classe dominante e, por conseguinte, o discurso da competência de que esta faz uso: fracassado ou louco, talvez, fossem as alcunhas que tal sujeito receberia, o que seriam verdadeiramente, conceitos negativos na ordem vigente.

Já Brás Cubas, personagem de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por ser um personagem defunto e, portanto, não estar inserido em nenhuma das estruturas de classe, permite ao narrador desnudar todo o processo de mascaramento da classe dominante. Vejamos esse aspecto no capítulo XXIV, intitulado “Curto, mas Alegre”<sup>6</sup>.

Brás Cubas aí admite sua mediocridade e diz fazê-lo por não pertencer mais ao mundo dos vivos:

Não tinha outra filosofia. Nem eu. Não digo que a universidade me não tivesse ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história e a jurisprudência. Colhi de todas as coisas a fraseologia, a casca, a ornamentação (Assis, 1994, p. 54).

Ele afirma que tal “franqueza é a primeira virtude de um defunto” (p. 54) e a causa disso é que enquanto o homem é vivo “o olhar de opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obriga a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz a consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar aos outros, embaça-se o homem a si mesmo assim” – como fez o personagem Benedito – “porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo”(p. 55).

---

<sup>6</sup> ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Ática, 1994. p. 54.



Assim, convicção da inaptidão do exercício do discurso da ideologia da competência para instrumentalização do saber em exercício do poder pode fazer-se tanto em nível consciente, quanto em nível inconsciente. E quando é empreendido com convicção, torna-se um vício a ponto de levar o sujeito a sentir-se livre para enganar e lucrar com sua desonestidade. Ele diz que pode despir-se de toda a falsa ornamentação, e “confessar lisamente” – o que consiste em não se comprometer em nenhum aspecto como indivíduo inserido em uma classe social. Então, em suas relações sociais quando vivo, ele precisaria camuflar os interesses dessa classe, por ser beneficiário da mesma.

Segundo Brás Cubas, “o olhar de opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos no território da morte; não digo que ele se não estenda pra cá, e nos não examine e julgue, mas a nós é que não se dá do exame nem do julgamento” (p. 55).

Ora, mesmo que após a morte os vivos ainda julguem os finados, esses não poderão ser onerados em nada, por razão do julgamento dos primeiros. Há, então, um desdém por parte dos mortos: quer aprovem, ou não, sua conduta de quando tinham vida, isso não fará diferença agora que os defuntos não pertencem mais à sociedade dos vivos.

Diferente de Benedito “que embaçou-se a si mesmo<sup>6</sup>” (p. 54) e acreditava na legitimidade de seu suposto saber proporcionar-lhe poder; e, ao contrário, do barbeiro, que ao assumir sua incompetência, seria marginalizado pela sociedade, pelo “olhar de opiniões dos outros” (p. 54), Brás Cubas é o indivíduo fora do sistema, mesmo que, quando integrante deste, pertencesse à classe dominante e usufrísse de todas as vantagens que a ideologia dominante lhe proporcionava. Logo, o fato de Brás Cubas ser um sujeito antes pertencente a uma classe, e estar,

então, excluído dessas relações sociais, é o melhor artifício encontrado pelo autor para desmascarar a fisionomia da classe dominante.

Assim, em Brás Cubas, tem-se um indivíduo que, mesmo sendo sujeito da ação, livre para realizá-la, consciente daquilo que fazia, não atendia ao último preceito para que houvesse um sujeito ético: não responderia por seus atos, fingindo-se ignorante; refugiava-se na hipocrisia sem culpa; pois, do contrário, não atingiria o objetivo de seus interesses que se casavam à lógica do sistema capitalista.

Benedito, o barbeiro, e Brás Cubas são três personagens machadianos que delineiam diferentes perfis de sujeito ético inseridos na sociedade capitalista. Ao se comparar a maneira com a qual cada um das personagens movimentou-se na esfera das relações sociais, percebe-se, com o narrador machadiano, que, em uma sociedade dividida em classes como a nossa, a ação ética dos sujeitos é determinante para a manutenção do discurso competente que beneficia a classe dominante.

Como observa Marilena Chauí, a ciência da competência tornou-se bem vinda nos dias de hoje, porque o saber só é perigoso quando é instituinte, negador e histórico. O conhecimento, isto é a competência instituída não é um risco, pois é arma para um fantástico projeto de dominação e de intimidação social e política.